

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

020. PROVA OBJETIVA

SUPERVISOR DE ENSINO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(M. Schulz. "Minduim Charles". <http://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>, 14.11.2017)

01. Tendo em vista as várias possibilidades de interpretação da tira, afirma-se, corretamente, que se propõe uma crítica a respeito
- (A) da dificuldade de se obterem informações sobre agentes históricos as quais sirvam de subsídio aos estudos.
 - (B) da inadequação de propostas escolares centradas em fatos políticos e de pouca relevância histórica.
 - (C) do modo tendencioso com que os meios tradicionais de divulgação científica divulgam fatos históricos.
 - (D) da passividade de quem busca se informar a partir de meios de comunicação de massa.
 - (E) da repressão imposta pela escola à liberdade de escolha das fontes que possam servir como referência às redações.
02. Em – Você **pode** procurar na enciclopédia. –, a forma verbal em destaque
- (A) atribui às demais palavras sentido figurado.
 - (B) imprime valor categórico ao verbo *procurar*.
 - (C) indica polidez no discurso do sujeito falante.
 - (D) evidencia o conteúdo sarcástico do comentário.
 - (E) situa a ação no contexto de um futuro remoto.

03. O trecho destacado na frase – Com sorte, talvez **tenha alguma coisa** sobre ele hoje na TV. – está reescrito conforme a concordância padrão em:

- (A) se veiculem informações
- (B) seja dado alguma informação
- (C) surja informações
- (D) exista qualquer informações
- (E) possam haver informações

Leia o texto para responder às questões de números 04 a 10.

Na Finlândia, alunos agora ensinam tecnologia para professores e idosos

No pouco ortodoxo modelo de ensino que levou a Finlândia ao topo dos *rankings* globais de educação, uma inovadora inversão de papéis começa a tomar corpo: alunos estão dando aulas aos professores, para ensinar os mestres a otimizar o uso de tecnologias de informação e comunicação nas escolas.

O projeto OppilasAgentti (“Agentes Escolares”, em tradução livre) está sendo conduzido em cerca de cem escolas finlandesas, e a ideia é levar a nova experiência a um número cada vez maior do universo de 3.450 instituições de ensino do país.

Trata-se de um modelo para desenvolver as competências tecnológicas não apenas dos professores, mas de toda a comunidade escolar — e também do seu entorno: os alunos da escola Hämeenkylä, por exemplo, também estão dando aulas aos idosos de um asilo local sobre como usar redes sociais, iPads e outros dispositivos eletrônicos.

“Acreditamos que é importante ensinar nossas crianças a descobrir seus potenciais e a desenvolver seus valores, e mostrar a elas o impacto positivo que cada indivíduo pode exercer na sociedade”, observa Pasi Majasaari, diretor da escola Hämeenkylä, na cidade de Vantaa, próxima à capital Helsinki.

Os alunos do projeto têm entre 10 e 16 anos de idade. Pelo sistema, os estudantes interessados em participar se apresentam como voluntários e relatam suas competências e habilidades em determinadas áreas. As escolas também oferecem treinamento aos alunos, em aulas ministradas por especialistas de diferentes empresas finlandesas que revendem soluções tecnológicas para o sistema de ensino do país.

A partir daí, os estudantes produzem um mapeamento das necessidades digitais da escola, sob a orientação de um professor. Eles fazem então um planejamento das atividades necessárias e passam a atuar em três frentes. Na sala dos professores, os alunos dão aulas ocasionais sobre como usar diferentes dispositivos e aplicativos. Professores também podem contatar os estudantes para pedir assistência individual, a fim de solucionar pequenos problemas. E os alunos-mestres também atuam como professores assistentes nas salas de aula, para prestar ajuda tanto aos professores quanto a outros colegas de classe quando determinada lição envolve o uso de tecnologia.

Inverter o papel tradicional dos alunos nas escolas é mais um pensamento fora da caixa do celebrado sistema finlandês, que conquistou resultados invejáveis nos *rankings* mundiais de educação com um receituário que inclui menos horas de aulas, poucas lições de casa, férias mais longas e uma baixa frequência de provas.

(Claudia Wallin. www.bbc.com. Adaptado)

04. Uma ideia que se repete no texto é:

- (A) as necessidades digitais da comunidade são mapeadas por empresas especializadas.
- (B) os alunos envolvidos no projeto são liberados das atividades em sala de aula.
- (C) os interessados em participar do projeto se inscrevem como estagiários com baixa remuneração.
- (D) as escolas deixaram de estabelecer parceria com empresas de soluções tecnológicas.
- (E) o sistema educacional finlandês está entre os mais eficientes do mundo.

05. Um dos objetivos centrais do projeto apresentado é

- (A) substituir os professores por técnicos especialistas em tecnologia da informação.
- (B) transformar as escolas em centros de profissionalização especializados em informática.
- (C) equipar as escolas para comercializar suas próprias soluções tecnológicas.
- (D) oferecer aos alunos a oportunidade de se fazerem úteis ao próximo.
- (E) ampliar a distribuição de aparelhos com tecnologia de ponta em asilos.

06. Duas expressões que veiculam a mesma ideia, no texto, são:

- (A) inversão de papéis (1º parágrafo); ensinar nossas crianças (4º parágrafo).
- (B) pouco ortodoxo modelo (1º parágrafo); pensamento fora da caixa (7º parágrafo).
- (C) valores (4º parágrafo); necessidades digitais (6º parágrafo).
- (D) voluntários (5º parágrafo); especialistas (5º parágrafo).
- (E) competências e habilidades (5º parágrafo); assistência individual (6º parágrafo).

07. Considere as seguintes passagens:

- ... os estudantes [...] relatam suas competências e habilidades em **determinadas** áreas. (5º parágrafo)
- E os alunos-mestres também atuam [...] para prestar ajuda [...] quando **determinada** lição envolve o uso de tecnologia. (6º parágrafo)

Em ambas as passagens, o vocábulo destacado atribui às palavras a que se vincula o sentido de

- (A) convicção.
- (B) intensidade.
- (C) indefinição.
- (D) quantidade.
- (E) obstáculo.

08. Considere a relação de sentido estabelecida entre essas duas frases do 6º parágrafo:

(1) A partir daí, os estudantes produzem um mapeamento das necessidades digitais da escola, sob a orientação de um professor. (2) Eles fazem então um planejamento das atividades necessárias, e passam a atuar em três frentes.

A relação de sentido que se estabelece entre as frases (1) e (2) é de

- (A) concessão e oposição.
- (B) afirmação e exemplificação.
- (C) concomitância e contiguidade.
- (D) conformidade e proporção.
- (E) causa e efeito.

09. Um vocábulo que estabelece relação de finalidade está em destaque na seguinte passagem:

- (A) ... alunos estão dando aulas aos professores, **para** ensinar os mestres a otimizar o uso de tecnologias de informação e comunicação nas escolas. (1º parágrafo)
- (B) ... os alunos da escola Hämeenkylä, por exemplo, **também** estão dando aulas aos idosos de um asilo local... (3º parágrafo)
- (C) ... é importante ensinar nossas crianças a descobrir seus potenciais **e** a desenvolver seus valores... (4º parágrafo)
- (D) As escolas também oferecem treinamento aos alunos, em aulas ministradas **por** especialistas de diferentes empresas finlandesas... (5º parágrafo)
- (E) ... os estudantes produzem um mapeamento das necessidades digitais da escola, **sob** a orientação de um professor. (6º parágrafo)

10. O pronome que substitui a expressão destacada em conformidade com a regência padrão da língua está indicado entre colchetes em:

- (A) ... ensinar nossas crianças a descobrir **seus potenciais**... [lhes]
- (B) ... mostrar **a elas** o impacto positivo... [lhes]
- (C) As escolas também oferecem **treinamento** aos alunos... [lhe]
- (D) Professores também podem contatar **os estudantes**... [lhes]
- (E) ... quando determinada lição envolve **o uso de tecnologia**. [lhe]

11. Assinale a alternativa em que a pontuação está em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (A) Os alunos, ocasionalmente, dão aulas sobre como usar diferentes ferramentas.
 - (B) Ocasionalmente os alunos, dão aulas sobre como usar diferentes ferramentas.
 - (C) Os alunos dão ocasionalmente, aulas sobre como usar diferentes ferramentas.
 - (D) Os alunos dão, aulas ocasionalmente, sobre como usar diferentes ferramentas.
 - (E) Os alunos dão aulas sobre como usar ocasionalmente, diferentes ferramentas.

Leia o texto para responder às questões de números 12 a 16.

À nossa volta

Dois amigos meus desceram no aeroporto de Orly, em Paris. Deixaram as malas no hotel e foram dar uma volta pelo Quartier Latin. Decepcionaram-se com as ruas esburacadas, pedras pelo chão, vidros quebrados, lixo acumulado — nunca tinham visto Paris tão suja e desmazelada. E só foram entender o que estava acontecendo ao ler a manchete de um jornal na banca. Os estudantes estavam em guerra contra o poder. Era maio de 1968.

Outro amigo, músico e muito, muito alienado, pegou seu carro bem cedo em Copacabana e tocou para a zona norte, onde estava gravando um LP. Lá chegando, encontrou o estúdio fechado. Esperou duas horas, ninguém apareceu e ele foi embora. Estranhou que as lojas do Centro também estivessem fechadas e, ao passar pelo Flamengo, viu o prédio da UNE em chamas. E só ao chegar em casa soube que estava em curso no país um golpe militar. Era 1º de abril de 1964.

E, em 1956, mais um amigo, também músico, mas amador, passava férias em Diamantina (MG) quando soube que dona Dadainha, senhora baiana muito respeitada na cidade, estava hospedando um irmão que tocava violão dia e noite e nunca saía à rua. O amigo foi procurá-lo. Tocou a campainha e o próprio rapaz abriu a porta. Ao ouvir que o outro igualmente tocava violão, convidou-o a entrar e mostrou-lhe um samba “diferente” que estava criando. Meu amigo gostou, despediu-se e não voltou a vê-lo. Dois anos depois, escutou no rádio aquele “samba diferente” e reconheceu o violonista e cantor: João Gilberto. O que ele ouvira em Diamantina era a bossa nova, só que antes de ela existir.

É famosa a passagem de “A Cartuxa de Parma”, de Stendhal, em que o herói se junta a um exército sem saber que está no meio da guerra de Waterloo.

É o risco que corremos por não ficarmos de olho à nossa volta.

(Ruy Castro. www.folha.uol.com.br, 25.11.2017)

12. O autor expressa seu ponto de vista apresentando o conteúdo da seguinte maneira:
- (A) exposição de fatos gerais seguida de explicação de suas causas imediatas.
 - (B) narração de casos particulares seguida de avaliação crítica.
 - (C) descrição de eventos específicos seguida de refutação da mensagem inicial.
 - (D) afirmação de tese em tom categórico seguida de justificativa pormenorizada.
 - (E) reflexão abstrata e imparcial seguida de exemplificação por ótica subjetiva.
13. Ao descrever seu amigo como **muito, muito alienado**, no segundo parágrafo, o autor dá a entender que
- (A) a apreensão do real pressupõe o exercício da fantasia.
 - (B) os músicos são, de modo geral, individualistas.
 - (C) a mídia não era um meio de comunicação confiável.
 - (D) o golpe militar foi amplamente divulgado.
 - (E) os cariocas não costumam se interessar por política.
14. Ao tratar da bossa nova no terceiro parágrafo, o autor demonstra crer que seu surgimento
- (A) possui relevância histórica, na medida em que tem impacto sobre o contexto social.
 - (B) é culturalmente insignificante, por não representar um evento com repercussão nacional.
 - (C) deve ser interpretado como consequência imediata dos demais acontecimentos citados no texto.
 - (D) tem importância nula em termos coletivos, visto que não promove alteração social.
 - (E) constitui um fato desencadeador dos movimentos históricos mencionados.
15. Assinale a alternativa em que a adaptação da frase final do texto está expressa em conformidade com a norma-padrão.
- (A) Convém que nos mantemos atentos a tudo que acontece ao nosso redor.
 - (B) Convém nos manter atentos à tudo o que acontece à nosso redor.
 - (C) Convém mantermo-nos atentos a tudo o que acontece ao nosso redor.
 - (D) Convém nos mantermos atentos à tudo o que acontece à nosso redor.
 - (E) Convém mantermo-nos atento a tudo que acontece ao nosso redor.

16. A expressão verbal destacada em – E só ao chegar em casa **soube** que estava em curso no país um golpe militar. (2º parágrafo) – está corretamente substituída, segundo a norma-padrão e sem alterar o restante da frase, por:

- (A) deu-se com o fato
- (B) veio a perceber de
- (C) recebeu à notícia
- (D) deparou-se da informação
- (E) tomou conhecimento de

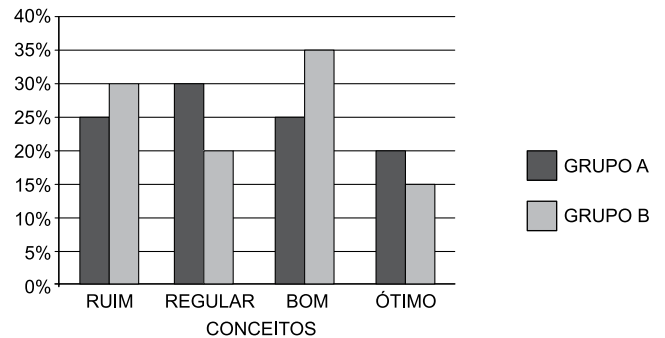
17. Assinale a alternativa em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão da língua.

- (A) Ruas esburacadas, pedras pelo chão, vidros quebrados, lixo acumulado, tudo isso deixou meus amigos decepcionados.
- (B) O confronto entre os estudantes e os policiais deixaram rastros de destruição pelas ruas de Paris, o que impressionaram meus amigos.
- (C) Quando duas horas já tinha se passado, meu amigo voltou para casa e só então soube que os militares havia assumido o poder.
- (D) As lojas fechadas e o prédio da UNE em chamas não foram suficiente para dar pistas ao meu amigo do que tinha acontecido.
- (E) Meu amigo e João Gilberto se conheceram antes mesmo que as composições deste o tornasse um dos principais músicos do Brasil.

18. Assinale a alternativa em que o pronome em destaque está colocado em conformidade com a norma-padrão da língua.

- (A) Meus amigos disseram que surpreenderam-**se** com a sujeira.
- (B) Os estudantes tinham manifestado-**se** em massa contra o governo.
- (C) Em Paris, as ruas e calçadas encontravam-**se** cheias de lixo.
- (D) Meu amigo não mostrou-**se** nada informado sobre o que houve.
- (E) Quando encontraram-**se**, João Gilberto e meu amigo falaram de música.

19. Em uma grande escola, uma nova coleção didática foi submetida à avaliação de dois grupos distintos de professores, A e B. Sabe-se que todos os integrantes de ambos os grupos emitiram opinião e que cada professor ouvido pôde optar por apenas uma das quatro alternativas dadas (ótima, boa, regular ou ruim) para qualificar a coleção avaliada. O gráfico mostra a participação percentual desses conceitos no total de respostas dadas em cada grupo.



De acordo com os dados do gráfico, é correto afirmar que, necessariamente,

- (A) o número de professores que considerou a coleção regular foi maior no grupo A do que no grupo B.
- (B) o número de professores que considerou a coleção ótima foi maior no grupo A do que no grupo B
- (C) $\frac{3}{5}$ do número de professores ouvidos nos dois grupos consideraram a coleção boa.
- (D) metade do número de professores do grupo B classificou a coleção como ótima ou boa.
- (E) o número de professores que considerou a coleção boa foi maior no grupo B do que no grupo A.

20. Certo recipiente R, inicialmente vazio, pode ser completamente preenchido pela água contida em 8 recipientes M, todos iguais e totalmente cheios, ou pela água contida em 20 recipientes N, todos iguais e totalmente cheios. Suponha que o recipiente R já contenha uma quantidade de água correspondente à de 2 recipientes M. Nessas condições, para enchê-lo totalmente, será necessário adicionar uma quantidade de água correspondente à de

- (A) 18 recipientes N.
- (B) 15 recipientes N.
- (C) 14 recipientes N.
- (D) 12 recipientes N.
- (E) 10 recipientes N.

21. Beatriz, Cecília e Daniela estudam juntas para um vestibular. Do número total de questões de uma lista elaborada pela professora, Beatriz se encarregou de resolver a quarta parte. A resolução das questões restantes foi dividida entre Cecília e Daniela na razão de 7 para 5, nessa ordem, e, desse modo, coube a Cecília resolver 63 questões. A diferença entre o número de questões resolvidas por Daniela e o número de questões resolvidas por Beatriz é igual a

- (A) 27.
- (B) 22.
- (C) 18.
- (D) 12.
- (E) 9.

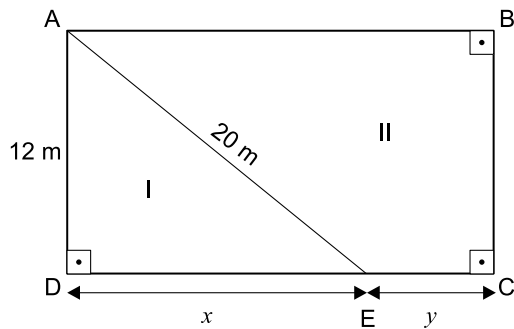
22. Um reservatório tem o formato de um bloco retangular, sendo 1,2 m e 0,75 m as medidas das arestas da base. Inicialmente, o nível da água contida nesse reservatório atingia 0,6 m de altura. Abriu-se, então, a torneira de admissão de água no reservatório, que permaneceu aberta até que o nível da água atingisse 1,1 m de altura. O volume de água admitido nesse reservatório, no período em que a torneira permaneceu aberta, foi, em m^3 , igual a

- (A) 0,45.
- (B) 0,50.
- (C) 0,90.
- (D) 1,10.
- (E) 1,15.

23. Considere x reais o preço de certo lanche vendido em um quiosque e y reais o preço da embalagem adequada para o transporte do mesmo, quando comprado para viagem. Sabe-se que tanto o quociente da divisão do preço do lanche pelo preço da embalagem quanto a diferença entre os dois preços são iguais a 21 reais. Nessas condições, é correto afirmar que o valor de x , em reais, é

- (A) 23,10.
- (B) 22,50.
- (C) 22,05.
- (D) 22,00.
- (E) 21,95.

24. Uma linha divisória, indicada na figura pelo segmento AE, divide o terreno retangular ABCD em 2 regiões, I e II.



Sabendo-se que a área da região I corresponde a $\frac{2}{5}$ da

área total do terreno ABCD, é correto afirmar que a medida indicada por y na figura é, em metros, igual a

- (A) 4.
 (B) 5.
 (C) 6.
 (D) 8.
 (E) 10.

R A S C U N H O

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

25. Tem-se as seguintes ações executadas no Microsoft Windows 7, em sua configuração original.

- I. Clicar em *Todos os Programas*
- II. Clicar no botão *Iniciar*
- III. Clicar no programa *Paint*
- IV. Clicar na pasta *Acessórios*

A sequência correta para abrir o aplicativo Paint é

- (A) I, II, III, IV
 (B) I, IV, II, III
 (C) II, I, III, IV
 (D) II, I, IV, III
 (E) II, IV, I, III

26. Tem-se a seguinte imagem do Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão:



Assinale a alternativa que indica o resultado da ação ao clicar em *Inserir Tabela...*

- (A) Será criada uma tabela de 1 linha e 1 coluna.
 (B) Será criada uma tabela de 2 linhas e 2 colunas.
 (C) Será criada uma tabela de 8 linhas e 10 colunas.
 (D) Será aberta a janela *Inserir Tabela*, onde o usuário poderá criar tabelas desde 1 linha e 1 coluna até mais de 8 linhas e 10 colunas.
 (E) Será reservado um espaço no documento sobre o qual uma tabela pode ser configurada com um duplo-clique com botão principal do *mouse*.

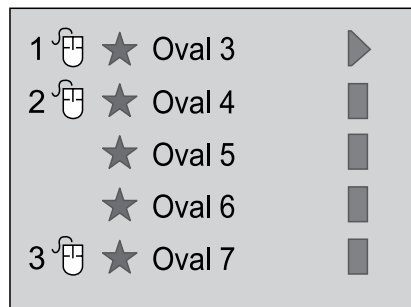
27. Em relação ao Microsoft Excel 2010, em sua configuração original, assinale a alternativa correta sobre o recurso Congelar Painéis.

- (A) Mantém linhas ou colunas específicas sempre visíveis na planilha, mesmo que o usuário role para outra área da planilha.
- (B) Protege as células, impedindo qualquer alteração na planilha.
- (C) Gera uma imagem da planilha e copia para a Área de Transferência.
- (D) Bloqueia o acesso aos menus do Excel na planilha.
- (E) Cria uma cópia de segurança da planilha.

28. Usando o Microsoft PowerPoint 2010, um usuário criou uma apresentação com 8 slides. Durante uma apresentação, com o slide 1 em exibição, o usuário pressionou barra de espaços, depois seta para a direita, depois seta para baixo e finalmente ENTER. Assinale a alternativa que indica os slides que foram exibidos, respectivamente, após o uso dessas teclas.

- (A) 1 e a apresentação foi encerrada.
- (B) 1, 2, 3, 4.
- (C) 2, 1, 2, 3.
- (D) 2, 3, 2, 4.
- (E) 2, 3, 4, 5.

29. Usando o Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, um usuário configurou uma apresentação com 5 AutoFormas, todas com animação, conforme imagem a seguir.



Assinale a alternativa que indica quantas sequências de animação serão exibidas.

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

30. Um usuário utiliza um serviço de Webmail, em sua configuração original. Mensagens podem ser enviadas e recebidas

- (A) a partir de um computador, adequadamente configurado, sem necessidade de estar conectado à Internet.
- (B) a partir de um computador, adequadamente configurado, desde que conectado à Internet.
- (C) apenas de seu computador pessoal, desde que conectado à Internet.
- (D) apenas de seu computador pessoal, sem necessidade de estar conectado à Internet.
- (E) a partir de um computador, adequadamente configurado, desde que conectado à Internet e localizado no mesmo país do usuário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Leia o texto a seguir para interpretar e responder às questões de números 31 a 34.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2010) analisam as características da sociedade contemporânea, cuja economia capitalista transnacional se orienta pela ideologia neoliberal e promoveu grande avanço tecnológico, tornando-se economia do conhecimento, ao mesmo tempo em que, movida pelo individualismo e pela competição, aprofundou a desigualdade social, tanto em países ditos desenvolvidos quanto naqueles entendidos como em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Esse contexto demanda educação escolar não apenas para as elites, pois há conhecimento embutido nas práticas produtivas e, para as pessoas comuns inserirem-se, mesmo num trabalho que as explora, todas precisam da senha de uma escolarização efetiva. As relações da educação escolar com esse contexto social globalizado pela economia e pelas comunicações, são analisadas por Fullan e Hargreaves (2003), os quais assinalam que já se pode falar de uma economia do conhecimento, impulsionada pelo capitalismo, mas que a sociedade só poderá ser considerada sociedade do conhecimento à medida que a educação escolar capacite as pessoas para processarem informações, construindo conhecimento.

31. Nossa Constituição Federal de 1988, C.F./88, estabelece, no artigo 205, que todos têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, a seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho, como também, o correspondente dever do Estado e da família, além da colaboração da sociedade. No artigo 208, fixa que esse dever do Estado será efetivado mediante a garantia de atendimentos, tais como:

- (A) educação básica, de zero a dezessete anos de idade, obrigatória e gratuita, em creches e escolas das redes públicas, ou, na falta delas, com bolsas de estudo em creches e escolas da rede privada, financiadas pelo Estado e oferecidas àqueles que comprovadamente não têm recursos próprios para pagá-las.
- (B) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento em creche e pré-escola, dos zero aos seis anos de idade; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (C) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, na rede regular de ensino, no período diurno, para alunos dos seis aos catorze anos, e, no noturno, para os que não o cursaram na idade própria e comprovarem que trabalham de dia, mas não têm recursos para pagar escolas da rede particular.
- (D) educação infantil e ensino fundamental, gratuitos e próximo às residências dos alunos; atendimento ao educando, de zero a seis anos, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e assistência à saúde, e, dos sete aos catorze anos, de oferta de material didático.
- (E) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, dos seis aos catorze anos de idade, nas escolas das redes públicas; ensino médio noturno, gratuito nas escolas das redes públicas; ensino médio profissionalizante, de tempo integral, gratuito, mas com vagas limitadas, com acesso mediante provas.

32. Em Barretos, conforme a Lei Orgânica do Município, artigos de 212 a 216, são aplicados os artigos 205 e 208 da C.F./88 com vistas a garantir o direito à educação. O poder público municipal se vale da supervisão de ensino, à qual cabe orientar e monitorar as equipes gestoras das escolas, “de forma colaborativa e integrativa”, com “a missão de assegurar que todos os alunos aprendam, agregando qualidade social ao ensino”. Em relação às mudanças que isso implica, Fullan e Hargreaves (2003) apresentam resultados de pesquisas sobre “o impacto da aprendizagem e do desenvolvimento profissionais no ensino”, comparando contextos escolares em que o regime institucional orienta-se por culturas de conhecimento e experiência, ou por contratos de desempenho. Os estudos sobre esses dois regimes conduziram esses pesquisadores a concluir que

- (A) tais regimes podem unificar-se, de modo a preservar seus pontos fortes e minimizar os fracos, formando comunidades de aprendizagem profissional que centram seu trabalho nos alunos e compartilham responsabilidades e novas ideias para solução de problemas numa sociedade em rápida mudança.
- (B) o regime de contratos de desempenho é o que melhor se ajusta ao contexto urbano-industrial, exigindo empenho dos profissionais para atingir as metas colocadas ao setor educacional e fazendo com que os professores se tornem exemplos vivos da competição necessária para vencer nos dias atuais.
- (C) tais regimes se equivalem em termos do que é mais importante: os resultados concretos para os alunos; as diferenças de meio de caminho estão ligadas a posições ideológicas que desde há muito dividem os profissionais do ensino e nem de longe justificam investimentos para efetivar reformas educativas.
- (D) o regime de culturas de conhecimento e experiência garante qualidade do ensino por meio da obrigação mútua, dos relacionamentos de confiança e do conhecimento local, os quais se mostraram insubstituíveis pelo regime de contratos de desempenho e suas metas, incompatíveis com a escola.
- (E) o regime de culturas de conhecimento e experiência foi ultrapassado pela revolução tecnológica inerente ao capitalismo monopolista transnacional e deve ser banido das escolas e sistemas de ensino porque amarra o trabalho pedagógico a práticas tradicionais e os alunos, a valores do passado.

33. A obra de Rosângela Machado, *Educação Especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas* (2009), corresponde a um estudo inerente à experiência de transformação dos serviços de educação especial na rede regular de ensino de Florianópolis. Mantoan, orientadora desse estudo, aponta, no prefácio dessa obra, que “a educação escolar enfrenta, hoje, no Brasil, um momento difícil”. Ela afirma que o direito de todos a uma educação de qualidade precisa sair do papel e que não há educação para todos sem um compromisso social de torná-la realidade. Machado testemunha isso no relato da experiência de transformação da educação escolar na perspectiva inclusiva, a qual assume um currículo que leva em conta a pluralidade cultural e que teve por eixos
- (A) adaptações curriculares para incluir os portadores de deficiências nas classes comuns do ensino regular e treinamentos dos funcionários da escola.
 - (B) a formação continuada dos professores, o monitoramento da equipe de direção/coordenação e a organização de grupos de pais para apoio.
 - (C) as implantações simultâneas de atendimento educacional especializado, para cegos e para surdos, e de classes especiais para deficientes cognitivos.
 - (D) a formação continuada dos professores e, concomitantemente, a organização progressiva dos serviços de atendimento educacional especializado.
 - (E) treinamento de professores e funcionários, adaptação de currículo e de materiais didáticos e alfabetização dos professores no sistema Braille.
34. No Brasil, de acordo com estudos de Dirce Nei Teixeira de Freitas (2007), o interesse estatal pela avaliação está presente desde os primórdios da pesquisa institucionalizada e do planejamento educacional (anos de 1930), mas “a introdução e a afirmação da regulação educacional via avaliação deu-se no período 1988-2002”. Para que essa regulação adquirisse força normativa na educação básica, foi fundamental “a intervenção do Estado central na construção, ativação sistemática, expansão do alcance, ampliação e aprimoramento do aparato de ‘medida-avaliação-informação’ educacional, especialmente no período posterior a 1994.” Essa pesquisadora afirma que, com essas medidas, o Estado brasileiro logrou legitimar a sua opção por uma regulação avaliativa centralizada, externa aos sistemas e às escolas, conduzida segundo princípios político-administrativos e pedagógicos que enfatizaram
- (A) a padronização dos procedimentos de ensino, com vistas a equalizar oportunidades de aprendizagem.
 - (B) a gestão participativa e o estímulo à criatividade, com vistas a qualificar a educação escolar pública.
 - (C) a administração gerencial, a competição e a quantificação, na perspectiva de uma lógica de mercado.
 - (D) o financiamento e a consultoria internacionais, articulados à premiação do êxito de escolas públicas.
 - (E) o monitoramento nacional e a cooperação entre estados e municípios, buscando excelência.
35. A Resolução CNE/CEB nº 04/2010 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, no título III, atendendo ao disposto no art. 211 da Constituição Federal de 1988, aborda o sistema nacional de educação, no qual cada ente federativo, com suas peculiaridades e competências, é chamado a colaborar e assegurar o projeto de educação nacional, com vistas a vencer a fragmentação das políticas públicas e superar a desarticulação institucional. Esse regime de colaboração visa transformar a Educação Básica em um sistema
- (A) instrumentalizado com tecnologia virtual.
 - (B) orgânico, sequencial e articulado.
 - (C) integrado à lógica do mercado.
 - (D) racional, globalizado e íntegro.
 - (E) estruturado em espiral.
36. Felícia, candidata ao concurso público de supervisora de ensino de um município paulista, estudou a obra de Libâneo, Oliveira e Toschi (2010) sobre a educação escolar e suas políticas, estrutura e organização. Para ela, foi relevante conhecer os aspectos históricos da estrutura e da organização do sistema de ensino no Brasil, que refletem as condições socioeconômicas e o panorama político do país em cada momento histórico e, também, o processo de centralização ou descentralização do ensino. Esse estudo proporcionou a Felícia uma visão mais crítica sobre a municipalização no Brasil, pois, de acordo com os autores, esta
- (A) representa um movimento de real democratização do poder entre os sistemas de Estado.
 - (B) limita os mecanismos de competição e disputas por verbas orçamentárias entre os municípios.
 - (C) sozinha, conseguiu descentralizar o ensino e fortalecer a atuação dos municípios entre os entes federados.
 - (D) põe em risco a unidade nacional porque descentraliza totalmente o currículo e a sistemática da avaliação educacional.
 - (E) corresponde à descentralização de responsabilidades com centralização de poder político.
37. O trabalho docente corresponde à atividade fim do sistema educacional e, assim como em todo trabalho em sistemas organizados, sofre prescrições que se aplicam uniformemente a todos os que o desenvolvem. Benetti (in Thurler e Maulini, 2012) denomina o trabalho pedagógico de “improvisação regrada”, porque ele é exercido pelo professor considerado como
- (A) ator social, um prático reflexivo que se engaja no trabalho organizado e o organiza parcialmente ele próprio.
 - (B) trabalhador independente que, a despeito das prescrições, age em resposta às situações emergentes.
 - (C) simples executante que, não entendendo profundamente as regras, age no improviso pela necessidade de momento.
 - (D) ator coadjuvante, numa organização semianárquica, podendo por isso inventar falas e práticas.
 - (E) ator criativo, pois, apesar da forte estruturação da relação pedagógica, há sempre fatores de incerteza e urgência.

38. Paulo Freire (2011) afirma que ensinar exige muitos saberes importantes para a “prática educativo-crítica”, entre eles, compreender que, “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Endossando essa concepção e fundamentando-se em Marx, Vasquez e Wallon, Vasconcellos (2002), na obra sobre o processo de planejamento, aborda-o como ação humana intencional, na realidade que se quer transformar na direção de finalidades/objetivos nascidos de necessidades vividas/sentidas nessa mesma realidade. Essas reflexões se aplicam tanto à ação didático-pedagógica de cada professor como, igualmente, ao trabalho educativo do conjunto dos professores de uma mesma escola. Nesse caso, trata-se de intencionalizar a ação pedagógica da escola – seu “projeto” educacional – o qual, ao ser elaborado de modo participativo, ganha, de acordo com Vasconcellos,
- (A) divulgação clara das decisões, porque todos estavam presentes e puderam perguntar, opinar, tomar conhecimento do que foi aprovado na votação de cada parte do que deve ser feito pela escola.
 - (B) aprovação da maioria, permitindo à direção/coordenação exigir o cumprimento do projeto por todos os que trabalham na escola, independentemente da opinião dada durante sua elaboração.
 - (C) qualidade política, pois a participação abre possibilidade de um maior fluxo de desejos, de esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática.
 - (D) neutralidade ideológica, pois as diversas visões do papel da escola puderam ser explicitadas e debatidas, obrigando-se, cada um, a escutar os argumentos do outro para poder ser escutado.
 - (E) um caráter inovador frente à Constituição Federal e à LDBEN nº 9.394/96, as quais deixam em aberto o modo pelo qual deve ser planejado o processo educativo nas escolas públicas.
39. Celestino Alves da Silva Jr. (in Ferreira, org., 2000) aborda, no capítulo 10 (Supervisão, Currículo e Avaliação), o percurso histórico dos estudos sobre a orientação/supervisão pedagógica ou escolar no Brasil, os quais nasceram nos anos 60 vinculados aos estudos de currículo. O autor percorre diferentes períodos/contextos históricos da educação escolar brasileira, examinando as mudanças na atuação desse orientador/supervisor pedagógico, tanto no âmbito da escola, como no dos estudos sobre a supervisão, e mostra, em síntese, que a relação desse orientador/supervisor com os professores só pode ser pensada no conjunto das determinações da educação escolar, em cada contexto. Silva Jr. aponta que há um novo desafio para a legitimidade da função supervisora, o qual decorre da discussão atual sobre currículo, dinamizada por três ideias-força:
- (A) a de participação, a de ensino virtual e a de avaliação externa.
 - (B) a de liberdade de ensino, a de inclusão e a de liderança situacional.
 - (C) a de multiculturalidade, a de desseriação e a de formação continuada.
 - (D) a de autonomia da escola, a de projeto pedagógico e a de trabalho coletivo.
 - (E) a de democratização da escola, a de educação a distância e a de tecnologia educacional.
40. Maurício, supervisor de ensino, constatou, junto à equipe de direção de uma escola de seu setor, que, para atender às diretrizes curriculares expressas na Resolução CNE/CEB nº 04/2010, os educadores da escola precisariam discutir questões ligadas ao currículo. Cumprindo seu papel legal, assessorou a equipe gestora na organização de sessões de estudo com esse objetivo, valendo-se do texto de Moreira e Candau (in Moreira e outros, 2007). As leituras e debates levaram a equipe a compreender que tal tema não poderia ser analisado fora da interação dialógica entre escola e vida, considerando o desenvolvimento humano, o conhecimento e a cultura. Nessa perspectiva, segundo esses autores, as decisões sobre as práticas curriculares devem levar em consideração as relações sociais e de poder. Entendendo que o desenvolvimento do currículo envolve a produção de conhecimento e não só sua transmissão, aquelas decisões devem apoiar-se no debate sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e
- (A) os materiais e recursos didático-pedagógicos.
 - (B) as identidades dos alunos e alunas.
 - (C) a globalização da economia.
 - (D) a seleção dos professores.
 - (E) a infraestrutura da escola.

41. Os supervisores de ensino de Samambaiçu vêm acompanhando as tentativas das escolas para implantar práticas avaliativas que favoreçam o diálogo do ensino com a aprendizagem dos alunos, sem que alcancem progressos significativos. Reuniram-se, então, para debater as causas disso e, entre elas, encontraram a política de avaliação unificada implantada nacionalmente, pois ela faz com que os professores e as escolas, a fim de evitarem o fracasso nas provas e suas consequências, priorizem, no cotidiano, os conteúdos sugeridos nos programas emanados dos órgãos oficiais e presentes nos livros didáticos. Frente à constatação feita, os supervisores concluíram que, como colocam Oliveira e Pacheco (in Estebán, org., 2005), o grande desafio que hoje é posto para as escolas e para o corpo docente é o de superar
- (A) a precariedade da formação profissional, pois os educadores não estão capacitados para lidar com os sistemas de avaliação unificados.
 - (B) os sistemas de avaliação que os governos estaduais e o federal instituíram para o controle do que se ensina nas escolas brasileiras.
 - (C) as contradições observadas nas escolas, como a existente entre as condições de trabalho docente e o que é exigido dos professores.
 - (D) a mensurabilidade da qualidade da educação, que busca aferir os conhecimentos, as competências e o rendimento escolar dos alunos.
 - (E) a restrição do trabalho pedagógico àquilo que será avaliado pelas provas e testes e mesmo pelos sistemas de avaliação unificados.
42. Alonso, no texto “A Gestão/Administração Educacional no Contexto da Atualidade” (in Vieira, Almeida e Alonso, 2003), comenta as profundas mudanças hoje vividas pela sociedade ocidental. Segundo ela, tais mudanças definem a passagem de uma sociedade baseada em procedimentos tradicionais, como o do fordismo, para a do conhecimento. No bojo dessas alterações, estão as que decorrem do desenvolvimento tecnológico, que interferem em todos os aspectos da vida humana. Nesse contexto, os sistemas de ensino também se transformam, embora, infelizmente, no que se refere à formação de professores e à de dirigentes educacionais, as transformações ocorridas estejam longe do desejado. Segundo Alonso, tal situação se deve aos programas de formação de educadores implantados, pois, de um lado, eles têm se mantido fiéis à concepção de ensino como atividade instrumental, separando a teoria da prática, e, de outro, têm descuidado de incorporar o uso das tecnologias da informática e da telecomunicação como recursos para
- (A) ampliar o acesso à informação e para favorecer a criação de ambientes de aprendizagem que enfatizem a construção de conhecimento.
 - (B) tornar as aulas menos maçantes, graças ao emprego de *softwares*, de comunicação em rede, de automação e de programas digitais.
 - (C) intensificar e melhorar as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, substituindo as aulas expositivas e os trabalhos em grupo.
 - (D) aproximar a escola da modernidade, utilizando-as como uma nova forma de ensinar que não exige alterações nas metodologias adotadas.
 - (E) facilitar o processo ensino-aprendizagem, levando os alunos a aprender inclusive conteúdos que lhes são pouco significativos.
43. Miguel, supervisor de ensino em um município paulista, assessorou a equipe técnica de uma das escolas sob sua supervisão na organização de estudos, nos horários de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), sobre a teoria psicogenética de Jean Piaget. Logo no primeiro encontro, os docentes indagaram sobre a suposta oposição entre as concepções de Piaget e de Vygotsky a respeito do desenvolvimento humano e da aprendizagem, no que foram esclarecidos, com base em Castorina (2005), que essa oposição é um equívoco que se deve a leituras superficiais das pesquisas de ambos. Outro esclarecimento inicial, com apoio em La Taille (in La Taille, Oliveira e Dantas, 1992), foi o de que Piaget afirma, na obra *Études Sociologiques*, ser o desenvolvimento intelectual, desde o nascimento, obra simultânea
- (A) de Deus e da natureza.
 - (B) de Deus e da sociedade.
 - (C) da sociedade e da família.
 - (D) do indivíduo e da natureza.
 - (E) da sociedade e do indivíduo.
44. A equipe de supervisão do município de Castanheiros organizou um seminário sobre “A construção do conhecimento”, dirigido aos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas jurisdicionadas. Como suporte, adotou a obra *Construção do conhecimento em sala de aula*, de Vasconcellos (2002). No decorrer das atividades, ficou claro aos participantes que, apesar de a mobilização do sujeito ser uma característica para conhecer os objetos, ela não basta, pois, embora a ação do sujeito sobre o objeto a ser conhecido seja a necessidade primordial, há, contudo, para além da mobilização e da ação do sujeito sobre o objeto, um elemento central, fundador do homem e, como designa Vasconcellos na referida obra, “motor” do conhecimento. Trata-se da
- (A) observação.
 - (B) curiosidade.
 - (C) contradição.
 - (D) autonomia.
 - (E) amorosidade.

45. Na sociedade atual, o volume de informações geradas e disponibilizadas a cada segundo na rede digital e na literatura desafia os educadores a adquirirem competência para que possam proporcionar aos alunos situações de aprendizagem nas quais estes processem essas informações e construam conhecimentos que lhes sejam significativos e necessários. Esse contexto trouxe a exigência da adoção de abordagens pedagógicas que valorizem a aprendizagem colaborativa. Para atender essa demanda, segundo Behrens (in Moran, Masetto e Behrens, 2000), os professores e os gestores da educação precisarão se tornar sensíveis
- (A) às orientações didáticas oficiais.
 - (B) aos projetos criativos e desafiadores.
 - (C) às tecnologias de última geração.
 - (D) às oportunidades de treinamento profissional.
 - (E) ao cumprimento dos planos elaborados.
46. Dirceu, diretor de escola pública de Barretos, inscreveu-se para seleção de supervisor de ensino, nesse município. Nos seus estudos sobre a avaliação do rendimento escolar, ele articulou os argumentos de Weisz (2009) sobre os bons usos da avaliação, com a afirmação de que esta deve ter um caráter formativo, conforme a Resolução CNE/CEB nº 04/2010. Desse modo, Dirceu compreendeu, corretamente, que a avaliação, numa ótica construtivista, viabiliza o diálogo entre o ensino e a aprendizagem, ao permitir verificar
- (A) quais conteúdos já foram ensinados ao aluno, porque eles indicam seus conhecimentos prévios, uma vez que todo aluno sempre aprende o que lhe foi ensinado, se contar com um docente competente.
 - (B) o que o aluno não sabe, para que o professor atribua-lhe nota e coloque-o no grupo dos fracos, substituído por escolares com dificuldades, que poderão ser retidos, se não avançarem sozinhos.
 - (C) o que o aluno já sabe, podendo assim construir situações de aprendizagem adequadas e fazer intervenções pertinentes, no sentido de desafiar e apoiar o avanço do aluno na construção do conhecimento.
 - (D) se a maioria dos alunos não comete mais o erro construtivo, que decorre da concepção piagetiana e, assim, pode alcançar notas superiores a sete e, desse modo, ser bem sucedido no ano seguinte.
 - (E) quais alunos não se lembram das parêntes ensinadas e não conseguem escrevê-las sozinhos. Por isso, eles devem copiá-las várias vezes para decorá-las, podendo progredir na alfabetização.
47. Alzira, supervisora de ensino, no município de Barretos, foi convidada pela diretora de uma das escolas que supervisiona a participar do planejamento e da realização de uma sessão de estudos com os professores sobre a verificação do rendimento escolar no Ensino Fundamental e Médio. Fizeram um levantamento prévio das dúvidas e das opiniões dos professores sobre o tema e selecionaram, como textos de apoio, o Parecer CNE/CEB nº 07/2010 e o capítulo 2 do texto de Hoffmann (2001), com o objetivo de enfatizar a avaliação contínua e cumulativa do desempenho dos estudantes, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Após as leituras, debates e argumentações, o grupo compreendeu que, nos caminhos da aprendizagem, não há paradas ou retrocessos; todos os aprendizes estão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. Puderam, assim, concluir que trabalhar a avaliação na diversidade dos alunos exige perceber e acompanhar a construção de conhecimento em sua própria diversidade, o que se atinge reconhecendo-se que
- (A) toda busca de objetividade e precisão na avaliação auxilia a manter o olhar do educador voltado ao contínuo equilíbrio-desequilíbrio de que trata Piaget.
 - (B) notas e conceitos classificatórios padronizam o que é diferente, mas asseguram a possibilidade de se personalizarem as dificuldades e os avanços de cada aluno.
 - (C) conceitos classificatórios garantem um ensino mais homogêneo, diluindo a heterogeneidade do grupo e contribuem para um melhor acompanhamento.
 - (D) uma análise qualitativa relativiza o certo e o errado, aprofundando-se em várias dimensões de interpretação do que se observa, e busca abertura para novos possíveis.
 - (E) uma análise qualitativa exige que se avalie cada atividade realizada pelo aluno, atribuindo notas a todas elas, de modo a computá-las no conceito final.

48. Lídia, estudando gestão escolar, verificou que a participação e o trabalho coletivo na escola pública são questões atuais, embora há muito tempo presentes na legislação brasileira (na C.F./88; na LDBEN/96, e, mais recentemente, no PNE/2014). Constatou que as leis citadas abriram perspectivas para que a comunidade escolar e os professores participassem da gestão escolar, da elaboração do projeto político-pedagógico, da proposição de projetos interdisciplinares e da participação em instâncias de decisão da escola (assembleias, colegiados, conselhos). Para melhor compreender esse tema, leu a obra de Paro (2012), na qual o autor pontua os conselhos de classe como momentos privilegiados para se discutir coletivamente o processo ensino-aprendizagem. O autor comenta, também, que os conselhos de classe não podem continuar como meras instâncias burocráticas, usando fatores externos à escola para justificar o baixo rendimento do aluno. Assim, conforme Paro, “é preciso prever instrumentos institucionais que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o próprio processo escolar como um todo, com a presença de
- (A) supervisores da secretaria da educação do município, pois são eles os que dominam plenamente a legislação em vigor naquela localidade”.
 - (B) moradores da comunidade local, pois são os que mais conhecem as necessidades e as potencialidades da região onde a escola se situa”.
 - (C) pessoas escolhidas e nomeadas pela direção da unidade, pois esta é que está capacitada para fazer a mediação escola-comunidade local”.
 - (D) todos os docentes da escola, e tão somente essa categoria de profissionais, pois apenas eles têm formação adequada para tanto”.
 - (E) alunos e pais, pois eles são os usuários da escola e a eles compete apontar problemas e dar sugestões de acordo com seus interesses”.
49. Ângela e Renata, diretoras de escola pública, solicitaram esclarecimentos sobre a autonomia da escola a seu supervisor de ensino, Maurício. Este as aconselhou a consultar o artigo de Gadotti (in Gadotti e Romão, 2001) e o capítulo VII da obra de Libâneo (2004). As diretoras consultaram os textos recomendados e entenderam que, para Libâneo, a autonomia de uma instituição significa ter poder de decisão sobre seus objetivos e sua forma de organização, o que envolve, conforme o autor, a articulação com os órgãos superiores, nem sempre sem problemas, implicando uma corresponsabilidade consciente, partilhada e solidária de todos os membros da equipe escolar. Ângela e Renata compreenderam também que, para Gadotti, a autonomia e a participação – pressupostos do projeto político-pedagógico da escola – não se limitam à mera declaração de princípios. Sua presença precisa ser sentida não só no Conselho de Escola mas também
- (A) na escolha do livro didático, no planejamento de ensino, na organização dos eventos culturais de atividades cívicas, esportivas e recreativas.
 - (B) na decisão sobre a dispensa dos funcionários que tenham infringido as normas disciplinares que constam do regimento escolar.
 - (C) na decisão sobre a aceitação ou não de crianças com deficiência mental para incluí-las nas classes comuns do ensino regular.
 - (D) na deliberação sobre atribuição de pontos aos professores, com vistas a sua classificação para assumir as turmas dos anos iniciais.
 - (E) na fixação de remuneração a ser concedida a seus docentes, especialistas e funcionários de apoio, de acordo com o seu desempenho.

50. Um grupo de supervisores de ensino de um município paulista decidiu estudar o artigo de Bussmann (in Veiga, org., 1995) sobre o projeto político-pedagógico e a gestão da escola. Após a leitura e as argumentações sobre o texto, o grupo compreendeu que, conforme a autora, articular, elaborar, construir um projeto pedagógico próprio, implementando-o e aperfeiçoando-o constantemente – ao envolver de forma criativa e prazerosa os vários segmentos da comunidade escolar, com suas respectivas competências, num processo coletivo – é um grande desafio. Isso ocorre em razão da necessidade e das expectativas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos resultados desses serviços, o que, para Bussmann, diz respeito
- (A) à educação como meio para agilizar o desenvolvimento econômico e empresarial de todo o país de norte a sul e de leste a oeste.
 - (B) ao modelo político que busca, com prioridade, a preparação de uma elite para conduzir a economia e os destinos de nosso país.
 - (C) ao aumento de poder aquisitivo daqueles que cursam a escola com facilidade e são bem aproveitados no mercado de trabalho.
 - (D) à garantia de bolsas de estudos para os alunos cursarem o ensino médio e o superior, de modo que todos sejam bem sucedidos.
 - (E) à educação como compromisso ético dos brasileiros para com outros brasileiros, com vistas à dignidade e à qualidade de vida.
51. Durval é diretor de uma escola pública municipal que vem atendendo alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental e que, já em 2018, atenderá do primeiro ao nono ano. Pediu a Helena, supervisora de ensino da unidade, para assessorar a equipe de direção/coordenação na preparação e desenvolvimento de encontros de avaliação e planejamento, reunindo os atuais professores e os novos, com o intuito de repensarem o projeto político-pedagógico da escola. Durval está entusiasmado com o que leu no texto de Gadotti (in Gadotti e Romão, 2001) sobre esse projeto poder ser considerado como momento importante de renovação da escola, pois projetar significa lançar para a frente, antever um futuro diferente do presente. Diante dessa argumentação, Helena sugeriu-lhe a leitura de Rios (2011), a qual afirma que projetar é
- (A) romper com o passado e começar tudo do zero.
 - (B) fincar os pés no presente e preservar o vivido.
 - (C) relacionar-se com o futuro, é começar a fazê-lo.
 - (D) sonhar com um futuro promissor para atraí-lo.
 - (E) planejar, com lógica, um futuro exitoso e seguro.
52. Vergara (2009) destaca, a partir do trabalho de Rhinesmith, as competências requeridas aos gestores, tendo em vista a globalização e a complexidade do mundo contemporâneo. São elas: gestão da competitividade; gestão da complexidade; gestão da adaptabilidade; gestão de equipes; gestão da incerteza; gestão do aprendizado. Consideramos pertinente ressaltar a gestão da complexidade, pois se trata da capacidade de lidar com muitos interesses concorrentes, contradições e conflitos. Quanto aos conflitos, bastante presentes no trabalho em equipe, eles requerem, algumas vezes, a atuação do gestor como mediador, como propõe Burbridge (2012). Para este, os princípios do gestor como mediador de conflitos envolvem a preparação para mediar, o tempo e o local adequado, bem como sua
- (A) calma.
 - (B) neutralidade.
 - (C) experiência docente.
 - (D) formação em psicologia.
 - (E) capacitação em arbitragem.
53. A Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN) estabelece em seu artigo 3º, inciso VIII, “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Essa questão da gestão democrática faz parte da obra de Giancaterino (2010), o qual aponta a necessidade de se repensar a estrutura de poder da escola, tendo em vista sua descentralização e democratização. Para o referido autor, qualquer que seja o sistema escolar, a função do diretor surge numa nova perspectiva global, que visa melhorar o bom funcionamento da escola e encontrar soluções para os problemas que se apresentam localmente.
- Diante do exposto, é correto afirmar que, para Giancaterino, o diretor da escola deve ir além de um administrador, ele deve ser um
- (A) agente multiplicador.
 - (B) comunicador.
 - (C) bom servidor.
 - (D) inovador.
 - (E) sonhador.

54. A *gestão participativa na escola*, obra de Lück (2010), apresenta as formas de participação, valores, objetivos, princípios e dimensões da participação, destacando ainda a promoção da gestão participativa de professores, pais, bem como o desenvolvimento da prática de assunção de responsabilidades em conjunto. Valorizando o princípio da participação e da coletividade na perspectiva de uma gestão democrática, Wolf e Carvalho (*Regimento Escolar de escolas públicas*) ressaltam a relevância da construção coletiva do Regimento Escolar, por ser ele um instrumento da organização administrativa e pedagógica da escola, o qual sintetiza o seu projeto político-pedagógico e deve ser construído em cada escola, com a participação de todos os que nela atuam. No entanto, a elaboração do Regimento Escolar não pode ferir a legislação hierarquicamente superior, devendo, portanto, estar sujeita às normas
- (A) do sistema de ensino a que pertence.
 - (B) do banco mundial para a educação.
 - (C) das Associações de Pais e Mestres.
 - (D) internacionais fixadas pelo PISA.
 - (E) estabelecidas pelo Mercosul.
55. Leonora, estudando para prestar concurso para supervisor de ensino, sentiu-se desafiada a refletir sobre a complexidade do ofício de ensinar, sobretudo com o compromisso de garantir, numa escola que agora, felizmente, é para todos, o “pleno *desenvolvimento do educando*, seu preparo para o *exercício da cidadania* e sua *qualificação para o trabalho*” (artigo 2º da LDBEN, Lei nº 9.394/96). Em Macedo (2005), encontrou a reiteração de que a formação docente é indissociável da qualidade da educação escolar e, também, argumentos valorizando “contextos de formação continuada em que os professores podem refletir sobre seus esquemas de ação, atitudes, sentimentos, etc., praticados durante a aula”. Em Rios (2011), conseguiu compreender que a qualidade social que se pretende garantir, como direito, implica desenvolver a competência docente em suas dimensões: técnica, estética, ética e
- (A) didática.
 - (B) teórica.
 - (C) afetiva.
 - (D) política.
 - (E) burocrática.
56. Lendo a obra de Imbernón (2010), Susana compreendeu que, para esse autor, é necessária uma política de formação continuada de professores que trabalhe a partir do contexto escolar, da realidade na qual a escola existe, ou seja, que haja uma proposta concretizada a partir de princípios coletivos, regulados pelo diálogo, pelo debate, pelo consenso, num ambiente afetuoso que beneficie o trabalho cooperativo e rompa com o isolamento e com a não comunicação dos professores, fazendo com que a formação continuada leve em conta
- (A) as consequências práticas do projeto proposto.
 - (B) as metodologias e as técnicas emergentes.
 - (C) a formação colaborativa.
 - (D) o mercado de trabalho.
 - (E) a formação individual.
57. Marilu Fontoura de Medeiros (in Silva Jr. e Rangel, org., 2007) apresenta um relato de pesquisa desenvolvida por uma universidade do sul do país sobre a construção de um paradigma de avaliação emancipatória, tendo em vista avaliar um curso de formação de especialistas em educação. Nesse trabalho, os responsáveis pela pesquisa sentiram necessidade de redefinir a concepção de especialista de educação e, apoiados em Habermas, chegaram à ideia de um especialista educador, cujas ações devem ser de respeito ao outro e de busca de autonomia, o que os fez pensar num sujeito que
- (A) desenvolve, apenas ocasionalmente, práticas mediatizadas pela coerção, e, sistematicamente, pela autenticidade, de modo que suas relações se pautem pelo entendimento das verdades falíveis do mundo.
 - (B) seja dotado de uma intenção emancipatória compatível com uma racionalidade orientada por um critério de verdade articulado ao domínio sobre os objetos, pois isso é o mais adequado às suas ações.
 - (C) atua em suas relações a partir de verdades absolutas e/ou inquestionáveis, porque a racionalidade empregada no processo comporta conotações de forças coercitivas e a favor de um acordo seguro.
 - (D) assume a intenção emancipatória entendendo que ela possa ser cumprida na teoria, pois nem sempre o especialista interfere na prática, uma vez que seu campo de atuação é sobretudo teórico.
 - (E) pode transformar relações, as quais são, tradicionalmente, de poder e de domínio, em relações de entendimento sobre verdades do mundo em sua falibilidade e processualidade intersubjetiva.

Leia o texto que segue para interpretar e responder às questões de números **58 a 60**.

O grupo dos supervisores que atuam no sistema de ensino do município de Barretos tem, dentre outras atribuições, as de:

- “propor metas, ações e intervenções que potencializem os processos de aprendizagem promovendo a reflexão sobre a prática educacional e a busca do aperfeiçoamento técnico, humano e político da equipe gestora e docente”; e
- “oferecer base teórica para nortear as reflexões sobre o planejamento, construção, implantação, articulação e consolidação do Projeto Político-Pedagógico, auxiliando os diretores a planejar a formação docente nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC e Horários de Estudo, Planejamento e Avaliação – HEPA, conduzindo a equipe à conquista de consenso a serviço da liderança pedagógica”.

Atentos a essas atribuições, os supervisores tratam de seguir aprendendo para contribuir com o cumprimento da missão da educação escolar no município, promovendo, igualmente, estudos junto às equipes escolares, articulados à reflexão sobre o trabalho pedagógico e o administrativo em andamento. No último semestre, incluíram, entre os textos explorados com as equipes de direção/coordenação das escolas, as seguintes obras: *Gestão de Pessoas*, de Vergara (2009); *Liderança em Gestão Escolar* e *Gestão da cultura e do clima organizacional da escola*, ambos de Lück (2010).

58. Com a obra de Vergara, revisaram as principais teorias sobre liderança e puderam concluir que, de acordo com essa autora, liderança pode ser compreendida, atualmente, como o poder de influenciar pessoas,

- (A) oriundo de características pessoais inatas, facilmente reconhecidas e que podem ser aproveitadas pelo indivíduo que as possui ou não.
- (B) utilizando diferentes estilos de relacionamento com os liderados: autoritário, permissivo ou *laissez-faire* e democrático ou participativo.
- (C) com base na posição hierárquica que o líder ocupa na estrutura da organização, ou em sua capacidade superior para dar ordens.
- (D) exercido numa dada situação, em uma relação em que líder e liderados se respeitam e estão motivados a atingir objetivos comuns.
- (E) conquistado num processo de automodelagem da aparência (atraente), da postura (elegante), da disposição (física) e da fala (fluente).

59. O estudo da obra de Lück sobre a “liderança em gestão escolar” contribuiu para que os supervisores e as equipes de direção/coordenação das escolas municipais compreendessem, corretamente, que

- (A) a gestão escolar diz respeito à administração pública da escola e compete ao diretor, que tem poder de posição hierárquica para bem desenvolvê-la, com ou sem liderança devida a atributos pessoais.
- (B) a liderança e a gestão das pessoas têm em comum referirem-se à dimensão humana do trabalho e sua mobilização, sendo complementadas, na gestão escolar, pela dimensão da gestão administrativa.
- (C) gestão implica ter poder formal/legal sobre subordinados, enquanto a liderança é exercida sobre pessoas que reconhecem a superioridade da pessoa do líder e, por isso, seguem-na espontaneamente.
- (D) gestão escolar compreende administração de recursos humanos e de recursos materiais, competindo ao diretor, enquanto a liderança pode surgir em professores de qualquer disciplina ou série.
- (E) a liderança que cabe na administração escolar é a democrática, a qual corresponde à gestão das pessoas que sempre são ouvidas pelo diretor antes de ele tomar decisões sobre currículo e avaliação.

60. O estudo sobre a cultura e o clima organizacional da escola foi muito esclarecedor e valioso para o trabalho da gestão. De acordo com Lück, cultura e clima da organização são relacionados, pois têm fatores comuns, embora o clima seja mais “volátil” e a cultura mais “duradoura”, mais densa de valores. Ambos compõem uma visão positiva ou negativa, fazendo com que duas escolas com realidades muito próximas possam interpretar as dificuldades inerentes ao trabalho educativo como desafios ou como empecilhos, usando-os como desculpas. A autora argumenta que, para a escola cumprir sua missão de garantir as aprendizagens com qualidade, é importante que o gestor

- (A) busque conhecer a cultura escolar subjacente às práticas escolares de modo intencional e sistemático, porque ela se mostra invisível a quem está imerso nela, e, de modo participativo, como estratégia democrática para renová-la e fortalecê-la.
- (B) combata visões superficiais e pessimistas, com ajuda de técnicas e mesmo de profissionais contratados, de modo a conseguir destacar todos os aspectos positivos da escola, animando os funcionários e professores a atacar os pontos negativos.
- (C) respeite os valores da cultura da escola e avalie os conceitos que embasam as práticas pedagógicas, substituindo aqueles que estão ultrapassados, por meio de cursos organizados e ministrados na escola, com a ajuda dos supervisores de ensino.
- (D) valorize os elementos positivos da cultura escolar, ou seja, aqueles que favorecem uma visão otimista e um clima organizacional participativo e aberto, aproveitando então para introduzir concepções atualizadas e promover a qualidade das aprendizagens.
- (E) seja um exemplo vivo de educador atualizado e comprometido com a missão institucional da escola, único meio seguro de transformar a cultura escolar e promover um clima organizacional otimista e voltado às transformações exigidas pela democracia.

